

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

O investigado é sócio-proprietário, em conjunto com NILVANE DE SOUSA COSTA, de diversas outras empresas igualmente detentoras de contratos com a administração pública, a saber: TERRA FORTE CONSTRUTORA LTDA (CNPJ/número suprimido para fins de publicação), HIDRÁULICA REPRESENTAÇÕES LTDA – EPP (CNPJ/número suprimido para fins de publicação) e HIDROBOMBAS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA (CNPJ/número suprimido para fins de publicação).

A TERRA FORTE CONSTRUTORA LTDA detém contratos com a AGETOP da ordem de aproximadamente R\$ 139.000.000,00 (cento e trinta e nove milhões de reais), conforme quadro demonstrativo elaborado pela Controladoria-Geral da União:

TERRA FORTE CONSTRUTORA LTDA	OBRA RODOVARIA - TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO	R\$ 7.074.167,75
TERRA FORTE CONSTRUTORA LTDA	OBRA RODOVARIA - TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO	R\$ 7.074.167,75
TERRA FORTE CONSTRUTORA LTDA	OBRA RODOVARIA - TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO	R\$ 5.764.519,96
TERRA FORTE CONSTRUTORA LTDA	OBRA RODOVARIA - TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO	R\$ 42.876.899,90
TERRA FORTE CONSTRUTORA LTDA	OBRA RODOVARIA - TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO	R\$ 66.965.464,29
TERRA FORTE CONSTRUTORA LTDA	OBRA RODOVARIA - PAVIMENTAÇÃO URBANA	R\$ 14.054.832,75
TERRA FORTE CONSTRUTORA LTDA	OBRA RODOVARIA - PAVIMENTAÇÃO URBANA	R\$ 5.440.268,51
TERRA FORTE CONSTRUTORA LTDA - Som		R\$ 179.258.236,81



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

Além de empresários, CARLOS EDUARDO PEREIRA DA COSTA e NILVANE DE SOUSA COSTA operam uma contabilidade paralela direcionada à distribuição de propina mediante saques em espécie para ocultar a natureza ilícita dos recursos movimentados¹⁸, cujos valores somam a importante cifra de 12.275.524,00 (doze milhões, duzentos e setenta e cinco mil, quinhentos e vinte e quatro reais).

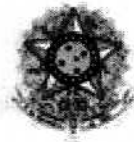
Conforme já mencionado, tal sistemática tem como objetivo principal justamente apagar o rastro do dinheiro sujo, uma vez que é contumaz a existência de saques em espécie dos recursos desviados.

Quanto ao contrato n. 1979/2013, realizado entre a SANEAGO e a SANEFER - empresa dos investigados CARLOS EDUARDO e NILVANE -, vale relembrar que o exame dos atos e fatos relacionados indicou fraude na execução da obra, ocasionando superfaturamento no valor de **R\$ 170.718,29** (aproximadamente 10% do valor executado).

As elevadas importâncias financeira do investigado CARLOS EDUARDO é proporcional à sua capacidade de articulação e influência junto aos escalões de poder, situação que vem lhe permitindo a reiteração delitiva.

Interceptações telefônicas dão conta da elevada capacidade do investigado de blindar suas ações criminosas diante da atuação dos órgãos de controle, a exemplo do diálogo a seguir, em que ele relata problemas levantados

¹⁸ Tabelas anexas.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

pelo TCE sobre obras executada pela SANEFER.

Causa espanto, na conversa interceptada, a constatação da relação de absoluta promiscuidade e a falta de transparência e moralidade com que são tratados os assuntos que envolvem os interesses da SANEFER, da SANEAGO e do Estado de Goiás.

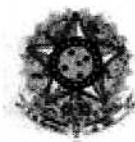
O diálogo revela, ademais, a elevada capacidade de ação do investigado CARLOS EDUARDO, envolvendo dois servidores do alto escalão da SANEAGO: EDERSON PORCIANO e ROBSON SALAZAR. Este último se prontifica para, junto a CARLOS EDUARDO, tratar de questionamentos do TCE em uma reunião agendada com o Governador do Estado.

Eis o diálogo:

(transcrições suprimidas para fins de publicação).

Mais que justificada, portanto, a necessidade de decretação da prisão preventiva do investigado CARLOS EDUARDO, não somente em razão da gravidade em concreto dos fatos delituosos praticados, **como também porque a sua liberdade implica riscos à investigação criminal e à instrução processual.**

Decididamente, é enorme a capacidade do investigado de influenciar autoridades, coagir pessoas e intimidar testemunhas. Ademais, sua



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

liberdade implica na permissão para que, reiterada e continuamente, permaneça praticando fraudes, além do superfaturamento e inexecução de obras e contratos e movimentação e ocultação de dinheiro de propina.

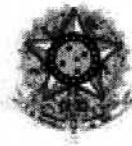
Ressai dizer, por fim, que no diálogo referenciado CARLOS EDUARDO trata com ROBSON SALAZAR de interceder junto ao Governador do Estado – em reunião agenda – para tramar, interferir, senão obstruir, a atuação do Tribunal de Contas do Estado ante às irregularidades praticadas pela SANEFER.

GILBERTO RICHARD DE OLIVEIRA

GILBERTO RICHARD DE OLIVEIRA é aparentemente sócio oculto da empresa TECNOBOMBAS BOMBAS MOTORES E SERVIÇOS LTDA, amplamente envolvida nas fraudes que deram origem às apurações e em outras contratações fraudulentas junto à SANEAGO.

Desde o início das investigações, é sabido que seus sócios, ocultos ou não, se mantêm à frente das atividades criminosas, fazendo do crime uma profissão e meio de vida.

Para atingir seus objetivos escusos, o investigado se vale de todos os meios ao seu alcance: fraude ao edital, superfaturamento de valores (no caso da Concorrência n. 4.3-005/2010, foi constatado superfaturamento de mais de 100%)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

e manipulação, guarda e transferência de valores ilícitos utilizados para pagar propina em troca de contratos.

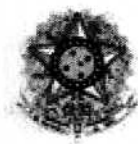
As provas materiais dão conta de que, de fato, a distribuição de propina é elevada à condição de ferramenta de trabalho dos sócios da TECNOBOMBAS. É o que se extrai do pagamento da vultosa quantia de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) para LUIZ HUMBERTO GONÇALVES GOMES – utilizadas na sua malsucedida campanha política.

Parece evidente, ademais, que os investigados, à frente da TECONBOMBAS, mantêm a mesma relação espúria com a NAENG, que lhe propiciou meios e recursos técnicos para a montagem da da Concorrência n.º 4.3-005/2010-DIENG-SANEAGO.

Não se verifica outro meio apto à interrupção das ações da marcha criminosa empreendida pelo investigado que não a decretação da prisão preventiva, o que dá prova a leitura dos diálogos telefônicos já apontados anteriormente e também aquele apresentado a seguir, que evidenciam a habitualidade delituosa:

(transcrições suprimidas para fins de publicação).

Tal diálogo é demonstrativo da prática entranhada na SANEAGO a respeito do fracionamento indevido dos objetos das obras. Na



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

oportunidade, GILBERTO aduz que a TECNOBOMBAS teria trabalhado em “excesso” em Formosa, ao que RAFAEL afirma que ocorreu um outro aditivo na obra de Rio Verde, que seria da TECNOBOMBAS, mas que CHARLES iria negociar com MARCELO (não identificado), de forma que fosse “passado” o aditivo de Rio Verde para ele.

E mais:

(transcrições suprimidas para fins de publicação).

Extrai-se do diálogo que RAFAEL (representante da empresa TECNOBOMBAS) e CHARLES (proprietário da AJEL AUTOMAÇÃO) tratam a respeito da licitação milionária de reservatórios de água que será feita pela SANEAGO.

Fica evidente que a TECNOBOMBAS pratica influência no âmbito da Comissão de Licitação da SANEAGO. Na conversa acima transcrita, não há dúvidas que os empresários desejam a postergação da publicação do edital. RAFAEL deixa evidente que já teve acesso (antes mesmo da publicação da licitação!!) ao processo por meio de JOSÉ RAIMUNDO, e que há interesse da TECNOBOMBAS no direcionamento da licitação.

RAFAEL SANTA CRUZ FERREIRA SÁ



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

O investigado trabalha na empresa TECNOBOMBAS BOMBAS MOTORES E SERVIÇOS LTDA, amplamente envolvida nas fraudes que deram origem às apurações e em outras contratações fraudulentas junto à SANEAGO.

Conforme pontuado no tópico anterior, RAFAEL SANTA CRUZ, ao lado de GILBERTO RICHARD, faz do crime profissão e a reiteração dos delitos, meio de vida, valendo-se de todos os instrumentos ao seu alcance, sobretudo a distribuição de propina para obtenção de contratos junto à SANEAGO.

Não se verifica outro meio apto à interrupção das ações da marcha criminoso empreendida pelo investigado que não a decretação da prisão preventiva, o que dá prova a leitura dos diálogos telefônicos já apontados anteriormente e também aquele apresentado a seguir, que evidenciam a habitualidade delituosa:

(transcrições suprimidas para fins de publicação).

Vê-se que o investigado participa ativamente dos atos de fraudes em licitações e da corrupção dos agentes da SANEAGO, de maneira reiterada e habitual.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

CHARLES HUMBERTO DE OLIVEIRA

O investigado é sócio-proprietário da AJEL AUTOMAÇÃO e, junto com seu irmão GILBERTO, corrompem servidores da SANEAGO visando à obtenção de contratos tanto para a sua empresa quanto para a TECONBOMBAS.

Os diálogos colhidos entre CHARLES, GILBERTO e RAFAEL evidenciam que todos eles fazem da corrupção profissão, já que suas condutas se repetem e se alongam no tempo.

Os valores percutidos por CHARLES no “esquema” delituoso é elevado, conforme anotam diálogos colhidos, em que se noticia cifras superiores a R\$ 1.250.000,00 (um milhão, duzentos e cinquenta mil).

A forma de operação resta evidenciada no diálogo a seguir, estabelecido entre GILBERTO e RAFAEL:

(transcrições suprimidas para fins de publicação).

Em síntese, restam presentes os fundamentos que autorizam a decretação da prisão preventiva dos requeridos JOSÉ TAVEIRA ROCHA, ROBSON BORGES SALAZAR, AFRÊNI GONÇALVES LEITE, MAURO HENRIQUE NOGUEIRA, EMMANUEL DOMINGOS PEIXOTO¹⁹, JOSÉ

¹⁹ Salienta-se que análise dos e-mail's do EMMANUEL DOMINGOS PEIXOTO concluiu que o mesmo desde



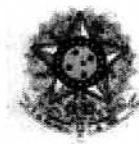
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

VICENTE DA SILVA JÚNIOR, JOSÉ RAIMUNDO ALVES GONTIJO, GODARD TEDESCO VIEIRA, EDERSON PONCIANO TREVENZOL, LUIZ HUMBERTO GONÇALVES GOMES, RIVADÁVIA MATOS AZEVEDO, FREDERICO JOSÉ NAVARRETE LAVERS, CARLOS EDUARDO PEREIRA DA COSTA, GILBERTO RICHARD DE OLIVEIRA, RAFAEL SANTA CRUZ FERREIRA SÁ e CHARLES HUMBERTO DE OLIVEIRA, que se mostra necessária em razão do elevado risco à ordem pública e à instrução criminal, baseada, ainda, em farta prova documental, pericial e de interceptação telefônica que demonstram o envolvimento dos investigados nos crimes de organização criminosa, fraude à licitação, peculato, corrupção ativa e passiva e lavagem de capitais.

A descrição dos fatos acima demonstra que os principais dirigentes da companhia estatal de saneamento de Goiás e os empresários nominados se associaram de forma estruturada e ordenada em uma complexa, ampla e intrincada organização criminosa para abater recursos públicos em larga escala.

Os delitos praticados pelos investigados, mediante a constituição de organização criminosa voltada à prática de delitos contra a administração pública, vêm causando enorme prejuízo econômico-social à sociedade goiana, que se vê prejudicada nos seus direitos fundamentais de ser

2008 até a presente data desenvolve atividades criminosas na formatação de licitações em favor de empresas adrede determinadas para diversos municípios. Os documentos indicam, ainda, que EMMANUEL é sócio oculta da empresa ASTRO TECNOLOGIA E CONSTRUÇÃO LTDA, favorecida por suas articulações delituosas.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

atendida nos serviços de saneamento básico e disponibilização de água tratada.

Os argumentos ora trazidos, longe de constituir exercício de retórica, encontram sua materialidade na insuficiente e ineficiente política de implantação de obras capazes de ofertar água tratada e de coleta de esgoto, a despeito da elevada quantia de recursos públicos captados pelo SANEAGO junto ao Governo Federal e instituições de crédito.

Os efeitos dos crimes são de tal monta e concretude que as obras de ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Goiânia – SES Goiânia (Contratos de Repasse n. 226.025-62/2007) não foram até o presente momento concluídas, em virtude de deficiências nos projetos, superfaturamento, glosa de materiais e serviços, inadimplência contratual, corrupção, malversação de dinheiro etc.

Segundo o Relatório de Demandas Externas de n. 201600783 da Controladoria-Geral da União, apenas 25,19 % do valor de R\$ 67.427.523,38 (sessenta e sete milhões, quatrocentos e vinte e sete mil, quinhentos e vinte e três reais e trinta e oito centavos) foram executados, significando grave atraso e comprometimento na execução da política pública.

Situação semelhante se verifica relativamente ao Contrato de Repasse n. 0226026-76/2007 celebrado entre a União Federal e o Estado de Goiás, tendo como interveniente executor a SANEAGO.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

O referido contrato tem como objeto a execução de ações relativas ao Sistema de Abastecimento de Água para atender os municípios de Luziânia, Valparaíso de Goiás, Cidade Ocidental, Novo Gama, Gama e Santa Maria, denominado Sistema Corumbá IV (com previsão de utilização dos recursos do PAC) não tiveram suas obras concluídas, a despeito do montante de recursos repassados ao longo dos anos.

Rememore-se que este Contrato de Repasse é o que financiaria a aquisição/instalação das moto-bombas que tiveram sua licitação dirigida para a TECNOBOMBAS a valores superfaturados de aproximadamente 100%. Transcorridos seis anos, as bombas não foram instaladas e as obras não foram erguidas.

De acordo com a CGU, o Contrato 0226.026-76 foi dividido em 2 partes. A primeira parte teve execução de R\$ 35.594.787,68 e a segunda de R\$ 1.517.159,66, totalizando R\$ 37.111.947,34. Isto representa apenas 31,6% do total pactuado inicialmente pelo referido Contrato de Repasse, de R\$ 117.302.882,50.

Isto é, o quadro de corrupção sistêmica impacta não somente o erário, mas igualmente a população em seus direitos fundamentais de uma boa saúde.

Ao longo das investigações, percebeu-se que as questões



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

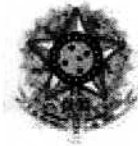
trazidas pelos licitantes a título de questionamento do caráter restritivo da Concorrência n. 4.3-005/2010, que iniciou as presentes apurações, não se firmavam como meros erros administrativos.

Ao contrário do que até então se conhecia, os fatos trazidos à tona pelo aprofundamento da investigação evidenciaram a existência de um farto esquema de corrupção infiltrado na SANEAGO, com o objetivo de percutir elevada somas de dinheiro direcionada ao pagamento de propina e ao financiamento de partidos e campanhas políticas.

A dimensão do ciclo criminoso verificada nos crimes de organização criminosa, corrupção e peculato revela-se extremamente danosa à sociedade, tanto ou mais que aqueles praticados nas ruas mediante o emprego de violência.

Nesse ponto, valemo-nos da sociologia:

“O custo financeiro do crime de colarinho-branco é provavelmente muitas vezes superior ao do custo financeiro de todos os crimes que são costumeiramente considerados como constituindo 'o problema criminal'. Um empregado de uma rede de armazéns apropriou-se em um ano de USD 600.000,00, que foi seis vezes superior das perdas anuais decorrentes de quinhentos furtos e roubos sofridos pela mesma

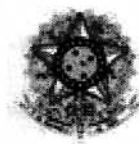


MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

rede. Inimigos públicos, de um a seis dos mais importantes, obtiveram USD 130.000,00 através de furtos e roubos em 1938, enquanto a soma furtada por Krueger [um criminoso de colarinho branco norte-americano] é estimada em USD 250.000,00 ou aproximadamente duas vezes mais. (...)

A perda financeira decorrente do crime de colarinho-branco, mesmo tão elevada, é menos importante do que os danos provocados às relações sociais. Crimes de colarinho-branco violam a confiança e, portanto, criam desconfiança, que diminui a moral social e produz desorganização social em larga escala. Outros crimes produzem relativamente menores efeitos nas instituições sociais ou nas organizações sociais. (SUTHERLAND, Edwin H. White-Collar Criminality. In: GEIS, Gilbert; MEIER, Robert F.; SALINGER, Lawrence M. (ed.) White-Collar Crime: classic and contemporary views. 3. ed. New York: The Free Press, 1995, p. 32.)

A advertência de Sutherland é muito apropriada. É imprescindível que se ultrapasse a compreensão individualista de que a prisão preventiva somente se aplica aos crimes violentos, para se adotar uma inteligência mais consentânea com a segurança jurídica e a ordem pública, de modo a afastar os nefastos efeitos - pretéritos, presentes e futuros - que condutas como os investigados encerram.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

É fora de dúvida que a imensa maioria dos investigados não colocará em risco a segurança individual de quem quer que seja. Dificilmente cometerão pessoalmente quaisquer crimes violentos; talvez nunca portem uma arma de fogo, ou subtraíam diretamente recursos de outra pessoa física.

Porém, os delitos contra a Administração Pública trazem reflexos mais amplos e atingem toda coletividade. Os efeitos dos crimes investigados são de elevada monta, ainda não sendo possível dimensionar, no atual estágio de investigação (dado o volume de obras da SANEAGO), o real alcance da corrupção que envolve empresários e agentes públicos no âmbito da estatal de saneamento.

O respeito ao Estado de Direito demanda medida severa, e, havendo fundada razão diante das circunstâncias concretas, mostra-se inevitável a adoção de medidas amargas que cessem a cadeia delitiva e sirvam de referência aos que tratam com desprezo as instituições públicas, sempre acreditando na impunidade.

Não se cuida, repita-se, de antecipação de pena ou de medida incompatível com um processo penal orientado pela presunção de inocência.

O devido processo legal não afasta o deferimento de medidas restritivas de direitos ou de liberdade "como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria" (art. 312, CPP).

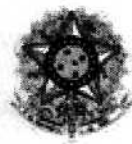
Observe-se que, na espécie, o Ministério Público Federal está a demandar a prisão preventiva somente daqueles investigados que possuem atuação relevante nos fatos investigados, com poder de mando e de decisão e ainda aqueles que fazem da atividade delitiva meio de vida e/ou de forma habitual.

De fato, o quadro probatório aponta para uma realidade de corrupção sistêmica na SANEAGO, na qual a existência de ajustes fraudulentos para obtenção de contratos públicos e o pagamento de propinas a agentes públicos, à agentes políticos e a partidos políticos, bem como o recebimento delas por estes, passou a ser rotina, encarada pelos participantes como a regra do jogo, algo natural e não anormal.

Isto posto, passa-se a individualizar a conduta de cada um partícipe nos delitos e os casos **in concreto**.

IV - Da individualização das condutas e dos casos específicos

AFRÊNI GONÇALVES LEITE e JOSÉ CELSO GONTIJO. O primeiro é Presidente Regional do PSDB, Diretor de Expansão da SANEAGO e líder político da organização criminosa. Como Diretor de Expansão da SANEAGO, tinha pleno conhecimento das fraudes levadas a efeito na estatal em que empreiteiras obtém contratos mediante o pagamento de propina destinada



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

políticos, partidos, campanhas políticas, agentes políticos e servidores. Consoante demonstrado na peça acusatória, o denunciado direcionava contratos, pagamentos em ordem privilegiada para empreiteiras e obtinha recursos para o PSDB. Age na linha direta do comando da organização, Presidência, Diretorias de Engenharia, Expansão Corporativa, Diretoria de Produção e Superintendência de Estudos e Projetos quando se trata de implementar as decisões superiores de favorecimento de empreiteiras com contratos de obras e serviços. Tem relação próxima e permanente com diversos funcionários da SANEAGO, em especial JOSÉ TAVEIRA ROCHA, EMMANUEL DOMINGOS PEIXOTO, JOSÉ VICENTE DA SILVA JÚNIOR, JOSÉ RAIMUNDO ALVES GONTIJO, GODARD TEDESCO VIEIRA, OLEGÁRIO MARTINS TEIXEIRA NETO, ROBSON BORGES SALAZAR e os empresários FREDERICO JOSÉ NAVARRETE LAVERS, JOSÉ CELSO GONTIGO, GILBERTO RICHARD DE OLIVEIRA, CHARLES UMBERTO DE OLIVEIRA e RAFAEL SANTA CRUZ FERREIRA SÁ, CARLOS EDUARDO PEREIRA DA COSTA e NILVANE TOMÁS DE SOUSA COSTA, beneficiados pelos crimes cometidos pela organização criminosa. Atuou diretamente em benefício da empresa J C GONTIJO, empresa de propriedade do denunciado JOSÉ CELSO GONTIJO e detentora de contratos com a SANEAGO, obtendo, em contrapartida, recursos de R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais) para o PSDB por parte da empresa. AFRÊNI GOLÇALVES LEITE Foi o responsável por recepcionar os recursos em nome do PSDB como se legais fossem, ocultando a sua natureza que decorre de pagamento de propina em troca de favorecimento da empresa J C GONTIJO, de JOSÉ CELSO GONTIJO, na obtenção de contratos e priorização de pagamentos pela execução de obras e



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

serviços. Ambos são membros ativos da organização criminosa estabelecida na SANEAGO. Em assim procedendo, os denunciados encontram-se incursos nas penas dos artigos 2.º, § 4º, inciso II, da Lei n.º 12.850, de 02 de agosto de 2013, art. 1.º, “caput”, da Lei n.º 9.613, de 03 de março de 1998, arts. 317 e 333 do Código Penal, todos c/c o artigo 29 e 69, também do mesmo estatuto;

JOSÉ TAVEIRA ROCHA é Diretor-Presidente da SANEAGO, líder do núcleo burocrático da organização criminosa. Associou-se com os demais membros das diretorias Diretor de Engenharia, Diretor de Gestão Corporativa e Diretor de Produção, Superintendente de estudos projetos e de gestão de obras, bem como os membros da Comissão Permanente de Licitação, com a finalidade favorecer empreiteiras na obtenção de contratos com a SANEAGO em troca do pagamento de propina. Na condição de Diretor-Presidente agia, interagia, planejava, direcionava o “esquema” de corrupção em vigor na SANEAGO. Tem relação próxima e permanente com diversos funcionários da estatal, em especial AFRÊNI GOLÇALVES LEITE, EMMANUEL DOMINGOS PEIXOTO, JOSÉ VICENTE DA SILVA JÚNIOR, JOSÉ RAIMUNDO ALVES GONTIJO, GODARD TEDESCO VIEIRA, OLEGÁRIO MARTINS TEIXEIRA NETO, ROBSON BORGES SALAZAR e os empresários FREDERICO JOSÉ NAVARRETE LAVERS, JOSÉ CELSO GONTIGO, GILBERTO RICHARD DE OLIVEIRA, CHARLES UMBERTO DE OLIVEIRA, RAFAEL SANTA CRUZ FERREIRA, JACKSON JONES ALBERICI, EDGAR DE ALMEIDA E SILVA E JÚNIOR, WILTON JOSÉ MACHADO, MARIA LÚCIA FERREIRA CARVALHO, PAULO AFONSO FERREIRA, JEHOVAH ELMO PINHEIRO,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

JADIR MATSUY CARLOS EDUARDO PEREIRA DA COSTA e NILVANE TOMÁS DE SOUSA COSTA, beneficiados pelos crimes cometidos pela organização criminosa. Atuou diretamente na fraude das licitações mais recentes e que culminaram na realização dos contratos 1716/2015 e 1717/2015. É responsável por privilegiar pagamentos de empreiteiras, tais como, PORTO BELO e ALBENGE. À frente da Presidência deixou de cobrar dívida da ODEBRECHT, decorrente de subdelegações realizadas pela estatal em Goiás. À frente da organização criminosa agiu sempre para beneficiar seus membros e empreiteiras e quando não, omitiu-se de seu dever de bem curar a defesa do erário, abstendo-se de apurar os ilícitos em curso na SANEAGO e de punir os responsáveis. À frente da Presidência permitiu a realização de pagamentos de valores superfaturados da ordem de R\$ 1.741.797,29 a empresa ALBENGE, relativamente aos contratos de 1716/2015 e 1717/2015. Assim, o denunciado permitiu a apropriação de recursos públicos mediante o superfaturamento de obras propiciado pela existência de organização criminosa provida de agentes públicos e privados. Em assim procedendo, o denunciado encontra-se incurso nas penas dos artigos 2.º, § 4º, inciso II, da Lei n.º 12.850, de 02 de agosto de 2013, art. 1.º, “caput”, da Lei n.º 9.613, de 03 de março de 1998, art. 312, §1º, c/c art. 13, § 2.º, ambos do Código Penal, todos c/c o artigo 29 e 69, também do mesmo estatuto;

ROBSON BORGES SALAZAR é Diretor de Gestão Corporativa, braço direito dos acusados JOSÉ TAVEIRA ROCHA e AFRENI GONÇALVES LEITE. À frente da Diretoria de Gestão tinha amplo conhecimento gestão financeira, agindo direta e intensamente em assuntos de obtenção de



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

recursos e pagamentos a empreiteiros e colaboradores. Relaciona-se intensamente com os demais membros da organização criminosa, especialmente MAURO HENRIQUE NOGUEIRA BARBOSA, Diretor de Produção. É responsável por pagar e/ou permitir o pagamento de valores superfaturados para SANEFER (contrato 1979/2013) e ALBENGE (contrato de 1716/2015 e 1717/2015), respectivamente da ordem de R\$ 170.718,29 e R\$ 1.741.797,29. SEBASTIÃO DE PASSOS PINHEIRO e ROBSON também dialogam a respeito do pagamento à SOBRADO mediante dinheiro desviado da SANEAGO. Permitiu a utilização indevida dos recursos da estatal para pagamento de empreiteira, situação verificada em diálogo telefônico no qual ROBSON alega que o dinheiro que está utilizando para pagar a empresa é “carimbado”, e seria destinado às obras do sistema Mauro Borges (índice/ nº suprimido para fins de publicação). Também no diálogo deixa claro o pagamento de valores para a CAIXA e que seriam destinados ao pagamento da folha de salário. Em outra conversa (índice/ nº suprimido para fins de publicação), ROBSON SALAZAR prioriza pagamentos a empresas ligadas ao esquema, v.g., a CCB. Tem relação próxima e permanente com diversos funcionários da estatal, em especial AFRÊNI GOLÇALVES LEITE, EMMANUEL DOMINGOS PEIXOTO, JOSÉ VICENTE DA SILVA JÚNIOR, JOSÉ RAIMUNDO ALVES GONTIJO, GODARD TEDESCO VIEIRA, OLEGÁRIO MARTINS TEIXEIRA NETO e os empresários FREDERICO JOSÉ NAVARRETE LAVERS, JOSÉ CELSO GONTIGO, GILBERTO RICHARD DE OLIVEIRA, CHARLES UMBERTO DE OLIVEIRA, RAFAEL SANTA CRUZ FERREIRA, JACKSON JONES ALBERICI, EDGAR DE ALMEIDA E SILVA E JÚNIOR, WILTON JOSÉ MACHADO, MARIA LÚCIA FERREIRA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

CARVALHO, PAULO AFONSO FERREIRA, JEHOVAH ELMO PINHEIRO, JADIR MATSUY CARLOS EDUARDO PEREIRA DA COSTA e NILVANE TOMÁS DE SOUSA COSTA, beneficiados pelos crimes cometidos pela organização criminosa. Em assim procedendo, o denunciado encontra-se incurso nas penas dos artigos 2.º, § 4º, inciso II, da Lei n.º 12.850, de 02 de agosto de 2013, art. 312, § 1º, do Código Penal, todos c/c o artigo 29 e 69, também do mesmo estatuto, bem como o disposto no art. 315 também do estatuto repressivo;

EMMANUEL DOMINGOS PEIXOTO, JOSÉ RAIMUNDO ALVES GONTIJO, JOSÉ VICENTE DA SILVA JÚNIOR são membros da Comissão Permanente de Licitação e também da organização criminosa. Agem e interagem há muitos anos com os demais membros da organização, buscando a percussão de crimes contra o patrimônio da estatal. Agem na linha direta do comando da organização, junto à Presidência, Diretorias de Engenharia, Expansão Corporativa, Diretoria de Produção e Superintendência de Estudos e Projetos quando se trata de implementar as decisões superiores de favorecimento de empreiteiras com contratos de obras e serviços. Os três mantêm relação próxima e permanente com diversos funcionários da estatal, em especial AFRÊNI GOLÇALVES LEITE, GODARD TEDESCO VIEIRA, OLEGÁRIO MARTINS TEIXEIRA NETO, ROBSON BORGES SALAZAR e os empresários FREDERICO JOSÉ NAVARRETE LAVERS, JOSÉ CELSO GONTIGO, GILBERTO RICHARD DE OLIVEIRA, CHARLES UMBERTO DE OLIVEIRA, RAFAEL SANTA CRUZ FERREIRA, JACKSON JONES ALBERICI, EDGAR DE ALMEIDA E SILVA E JÚNIOR, WILTON JOSÉ MACHADO, MARIA



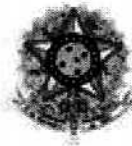
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
 PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

LÚCIA FERREIRA CARVALHO, PAULO AFONSO FERREIRA, JEHOVAH ELMO PINHEIRO, JADIR MATSUY CARLOS EDUARDO PEREIRA DA COSTA e NILVANE TOMÁS DE SOUSA COSTA, beneficiados pelos crimes cometidos pela organização criminosa. Tiveram participação ativa em toda a cadeia da fraude praticada durante a elaboração da licitação de n.º 4.3-005/2010 destinada a beneficiar a contratação da TECNOBOMBAS a preços superfaturados visando o fornecimento de um conjunto de três motor bombas. Interceptações telefônicas dão conta de que os três negociavam propinas, direcionavam licitações e forneciam informações privilegiadas a empresários também envolvidos no esquema criminoso. Conforme ÍNDICE (índice/ nº suprimido para fins de publicação), em 25/11/2015, EMMANUEL e JOSÉ RAIMUNDO tramam e executam fraudes, mediante ajustes, com o fim de frustrar o caráter competitivo de determinada licitação e obter vantagem ilícita para tanto. Nos ÍNDICES (índices/ nºs suprimidos para fins de publicação), a Polícia Federal coletou conversas em 07/08/2015, nos quais JOSÉ RAIMUNDO combina preços de um procedimento licitatório com RAFAEL, DIEGO DA TERALISE e JOVELI. Há evidente manipulação de preços com o intuito de frustrar o caráter competitivo do certame com o intuito de obtenção de vantagens para os agentes públicos e empresários. No ÍNDICE (índice/ nº suprimido para fins de publicação), de 16/11/2015, tem-se nítido o fato do denunciado JOSÉ RAIMUNDO negociado com RAFAEL (TECNOBOMBAS) e CHARLES (AJEL AUTOMAÇÃO) a inserção de cláusulas restritivas em licitação, tais como, a exigência de certificados específicos exigidos pela SANEAGO e o uso de peças originais da marca "ZAILER". Nos ÍNDICES (índices/ nºs suprimidos para fins de publicação) fica evidente a cobrança de



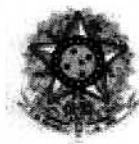
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

propina pelo denunciado JOSÉ RAIMUNDO, fato ocorrido no dia 15/12/2015, dias após a TECNOBOMBAS sagrar-se vencedora do item 8 do Pregão nº 60/2015. O denunciado EMMANUEL DOMINGOS PEIXOTO, no ÍNDICE (índice/ nº suprimido para fins de publicação), de 16/11/20125, é mencionado pelos também denunciados RAFAEL (TECNOBOMBAS) e CHARLES (AJEL AUTOMAÇÃO) como pessoa que facilita o acesso à informação privilegiada dentro da SANEAGO. Há evidente favorecimento para a empresa TECNOBOMBAS para que esta, mediante fraude, mediante cláusula de restrição do caráter competitivo do certame, obtenha o contrato milionário para o fornecimento de reservatório de água. No ÍNDICE (índice/ nº suprimido para fins de publicação), de 25/11/2015, EMMANUEL acerta com JOSÉ RAIMUNDO ALVES GONTIJO para fraudar o caráter competitivo de licitação beneficiando empresa que apresentou um preço superior ao concorrente e que, ainda assim, sagrou-se vencedora de licitação. Já o denunciado JOSÉ VICENTE DA SILVA intercede no funcionamento da comissão de licitação mediante terceiro, que assina documentação para ele, de modo a frustrar licitação, mediante ajuste. JOSÉ VICENTE DA SILVA recebe vantagem indevida de R\$ 500,00 em razão da prática de ato de ofício infringindo dever funcional com o fito contemplar empresário com licitação que outro modo não ocorreria. Os ÍNDICES (índices/ nsº suprimidos para fins de publicação), e especialmente o de nº (índice/ nº suprimido para fins de publicação) demonstram claramente a ingerência pessoal de JOSÉ VICENTE na condução dos trabalhos da comissão, mandando um terceiro assinar papéis e uma ata sem a presença dele, havendo nítida referência ao recebimento de PROPINA no último áudio, em que JOSÉ VICENTE demonstra muita insatisfação ao saber que



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

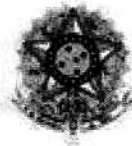
vai receber apenas R\$ 500,00 do “CARA”, chegando ao cúmulo de dizer ao interlocutor que “quando o CARA precisar vai inabilitá-lo para aprender”, ou seja, deixa evidente que o assunto tratado é recebimento de propina, e que o pagamento a menor ensejaria conseqüências para o licitante. Tal valor teria sido transferido para a conta do interlocutor (não identificado) e depois seria repassado para a conta de JOSÉ VICENTE. No ÍNDICE (índice/ nº suprimido para fins de publicação), de 27/07/2015, o denunciado JOSÉ VICENTE demonstra claramente interferir, fraudar, o caráter competitivo de licitação, mediante ajuste, combinação, para favorecer o empresário EDUARDO HENRIQUE DE DEUS (vulgo LOVERBOY), em razão do direcionamento de “carta-convite” contemplando obras nas cidades de Silvânia/GO e outra no Setor Negrão de Lima, em Goiânia/GO, esta última no valor de R\$ 50.000,00. O denunciado JOSÉ VICENTE DA SILVA JÚNIOR frustra o caráter competitivo de licitação, mediante ajuste, em favor novamente de EDUARDO HENRIQUE DE DEUS. Trata-se da licitação para reforma da Estação de Tratamento de Água que seria contemplada em troca do recebimento ou promessa de recebimento de vantagem indevida da ordem de R\$ 5.900,00 (na forma de pagamento de um boleto pelo empresário EDUARDO HENRIQUE). Estes fatos são evidenciados nos diálogos colhidos em 18, 19 e 21 de agosto de 2015 (ÍNDICES nºs suprimidos para fins de publicação). Assim, os três denunciados permitiram a apropriação de recursos públicos mediante o superfaturamento de obras propiciado pela existência de organização criminosa provida de agentes públicos e privados. Por assim terem agido, encontram-se os denunciados EMMANUEL DOMINGOS PEIXOTO, JOSÉ VICENTE DA SILVA JÚNIOR e JOSÉ RAIMUNDO ALVES GONTIJO incurso nas penas dos crimes



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

descritos nos arts. 2º, § 4º, inciso II, da Lei 12.850 de 02 de agosto de 2013, arts. 312, § 1º, e 317, § 2º, do Código Penal, art. 90 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, todos c/c arts. 29 e 69 do Código Penal.

RIVADÁVIA MATOS AZEVEDO é Superintendente Regional de Operações da Região Metropolitana de Goiânia e também membro da organização criminosa. Age e interage há muitos anos com os demais membros da organização, buscando a percussão de crimes contra o patrimônio da estatal. Age na linha direta do comando da organização, Presidência, Diretorias de Engenharia, Expansão Corporativa, Diretoria de Produção e Superintendência de Estudos e Projetos quando se trata de implementar as decisões superiores de favorecimento de empreiteiras com contratos de obras e serviços. Mantém, ademais, uma relação estável e permanente com os denunciados MAURO HENRIQUE NOGUEIRA BARBOSA, GILBERTO RICHARD DE OLIVEIRA, OLEGÁRIO MARTINS TEIXEIRA NETO, DORALICE BARROS DE ALMEIDA, GODARD TEDESCO VIEIRA, EDERSON PONCIANO TREVENZOL, LUIZ HUMBERTO GOLÇALVES GOMES e os empresários beneficiados com contratos obtidos de maneira ilícita GILBERTO RICHARD DE OLIVEIRA, FREDERICO JOSÉ NAVARRETE LAVERS, RAFAEL SANTA CRUZ DE SÁ e CHARLES UMBERTO DE OLIVEIRA, todos beneficiados por eles com contratos na estatal, fato amiúde revelado durante o período de realização das interceptações telefônicas. De acordo com o índice (índice/ nº suprimido para fins de publicação), de 02 de junho de 2015, RIVADÁVIA oferece obra relacionada a um reservatório de água para determinada pessoa sem observância das regras de um procedimento de licitação. Conforme diálogos dos índices (índices/ nsº suprimidos para fins de



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

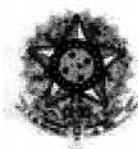
publicação), ocorridos nos dias 27 e 28 de outubro de 2015, o denunciado RIVADÁVIA DE MATOS AZEVEDO acerta com GILBERTO (TECNOBOMBAS) o pagamento em valores superfaturados de bombas instaladas em uma obra em execução na cidade de Nerópolis/GO. De acordo com os termos do diálogo, o denunciado RIVADÁVIA estaria pagando R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) pelo valor de um serviço de reparo de bomba, mesmo ciente de que o mesmo trabalho custa, a preço de mercado, R\$ 980,00 (novecentos e oitenta reais). O denunciado RIVADÁVIA, foi subscritor do despacho n. 890/2014, do procedimento RDC 05/2014, validando o orçamento superfaturado para aquisição de quatro conjuntos motor bomba, importando no prejuízo total de R\$ 4.921.154,88 à estatal de saneamento. No índice (índice/ nº suprimido para fins de publicação), de 08/12/2015, o denunciado RIVADÁVIA trata com GILBERTO (TECNOBOMBAS), de frustrar o caráter competitivo de licitação mediante ajuste, de modo a beneficiar obras numa Estação de Tratamento de Esgoto. No caso, o acusado promove um ajuste de propostas em combinação com o empresário que seria beneficiado com a licitação. Assim, o denunciado permitiu a apropriação de recursos públicos mediante o superfaturamento de obras propiciado pela existência de organização criminosa provida de agentes públicos e privados. Por assim ter agido, encontra-se o denunciado RIVADÁVIA MATOS DE AZEVEDO incurso nas penas dos crimes descritos nos arts. 2º, § 4º, inciso II, da Lei 12.850 de 02 de agosto de 2013, art. 312, §1º, do Código Penal e art. 90 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, todos c/c arts. 29 e 69 do Código Penal.

OLEGÁRIO MARTINS TEIXEIRA NETO é Diretor de Engenharia da SANEAGO e também membro da organização criminosa. Age e



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

interage há muitos anos com os demais membros da organização, buscando a percução de crimes contra o patrimônio da estatal. Age na linha direta do comando da organização, Presidência, Diretorias de Engenharia, Expansão Corporativa, Diretoria de Produção e Superintendência de Estudos e Projetos quando se trata de implementar as decisões superiores de favorecimento de empreiteiras com contratos de obras e serviços. Mantém, ademais, uma relação estável e permanente com os denunciados EMMANUEL DOMINGOS PEIXOTO, JOSÉ RAIMUNDO ALVES GONTIJO, JOSÉ VICENTE DA SILVA JÚNIOR, GODARD TEDESCO VIEIRA, DORALICE BARROS DE ALMEIDA, RIVADÁVIA MATOS AZEVEDO, NILSON DE SOUZA FREIRE e JULIO CEZAR VAZ DE MELO e os empresários FREDERICO JOSÉ NAVARRETE LAVERS, GILBERTO RICHARD DE OLIVEIRA, RAFAEL SANTA CRUZ DE SÁ e CHARLES UMBERTO DE OLIVEIRA, todos beneficiados por eles com contratos na estatal, fato amiúde revelado durante o período de realização das interceptações telefônicas. Teve participação ativa em toda a cadeia da fraude praticada durante a elaboração da licitação de n.º 4.3-005/2010 destinada a beneficiar a contratação da TECNOBOMBAS a preços superfaturados visando o fornecimento de um conjunto de três motor bombas, tendo sido responsável pela homologação do certame. O denunciado teve participação efetiva também na nova contratação com sobrepreço, nos termos do contrato 307/2015 decorrente do RDC n. 05/2014, celebrado entre o Consórcio EMSA/CCB e a SANEAGO. Ademais, OLEGÁRIO MARTINS TEIXEIRA NETO foi responsável pela contratação da empresa NAVARRETE ENGENHARIA – NAENG sem licitação, ao lado do denunciado NILSON SOUZA FREITE. O Tribunal de Contas do Estado – TCE



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

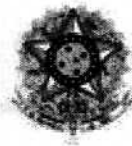
considerou a contratação ilegal e aplicou multa a ambos os denunciados de 10% do valor previsto na Lei Orgânica do TCE/GO. Na qualidade de Diretor de Engenharia, o denunciado OLEGÁRIO MARTINS TEIXEIRA NETO participou de todas as etapas da Concorrência n. 022/2012, que levou a contratação da empresa SANEFER (Contrato n. 1979/2013) para consecução de obras do Sistema de Esgotamento Sanitário de Goiânia-GO. Sob a sua supervisão e orientação, elaborou-se a orçamentação do projeto de obra licitado e que, segundo a CGU, importou em superfaturamento e na apropriação de recursos pela empresa SANEFER da ordem de R\$ 170.718,29. Na qualidade de Superintendente de Obras, o denunciado participou também de todas as etapas da Concorrência n. 007/2007, que levou a contratação do Consórcio SOBRADO/CENTRAL/ELMO/FUAD RASSI (Contrato n. 1203/2008) para consecução de obras do Sistema de Esgotamento Sanitário de Goiânia-GO. Sob a sua supervisão e orientação, elaborou-se a orçamentação do projeto de obra licitado e que, segundo a CGU, importou em superfaturamento e na apropriação de recursos pelo Consórcio SOBRADO/CENTRAL/ELMO/FUAD RASSI na ordem de R\$ 3.352.211,02 (três milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, duzentos e onze reais). Por assim ter agido, encontra-se o denunciado OLEGÁRIO MARTINS TEIXEIRA NETO incurso nas penas dos crimes descritos nos arts. 2º, § 4º, inciso II, da Lei 12.850 de 02 de agosto de 2013, art. 312, §1º, do Código Penal e art. 90 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, todos c/c arts. 29 e 69 do Código Penal..

MAURO HENRIQUE NOGUEIRA BARBOSA é Diretor de Produção da SANEAGO. Age e interage há muitos anos com os demais membros da organização, buscando a percução de crimes contra o patrimônio da



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

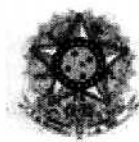
estatal. Funcionário de carreira da empresa, MAURO HENRIQUE é ligado ao ex-Deputado Estadual CARLOS ALBERTO LERÉIA e ao Deputado Federal GIUSEPPE VECCI. Ex-Diretor Administrativo e atual Diretor de Produção da estatal, o denunciado teve o encargo de patrocinar os interesses e negócios da organização criminosa, provendo-a de todos os atos necessários à facilitação e à consecução das fraudes, todos descritos pormenorizadamente no corpo dessa denúncia. Age na linha direta do comando da organização, Presidência, Diretorias de Engenharia, Expansão Corporativa, Diretoria de Produção e Superintendência de Estudos e Projetos quando se trata de implementar as decisões superiores de favorecimento de empreiteiras com contratos de obras e serviços. É um dos principais agentes de apoio dos empresários, com participação direta nos esquemas empreendidos pelas empresas AJEL e TECNOBOMBAS. Possui intensa relação com empresários associados com as últimas empresas, em favor das quais trabalha para percutir contratos junto à estatal. Mantém, ainda, uma relação estável e permanente com os denunciados ROBSON BORGES SALAZAR, JOSÉ VICENTE DA SILVA, JOSÉ TAVEIRA ROCHA, AFRÊNI GONÇALVES LEITE, EDERSON PONCIANO TREVENZOL, RIVADÁVIA MATOS AZEVEDO e os empresários FREDERICO JOSÉ NAVARRETE LAVERS, GILBERTO RICHARD DE OLIVEIRA, RAFAEL SANTA CRUZ DE SÁ, CHARLES UMBERTO DE OLIVEIRA e EDUARDO HENRIQUE DE DEUS, todos beneficiados por eles com contratos na estatal, fato amiúde revelado durante o período de realização das interceptações telefônicas. Tem participação proeminente no esquema delinquencial que se apossou da SANEAGO, exercendo grande influência, há vários anos, sobre os destinos da estatal. Pela posição ocupada, participou direta ou



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

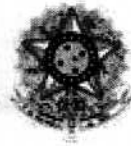
indiretamente de todos os esquemas de corrupção que marcaram a SANEAGO nos últimos anos. Na qualidade de Diretor de Produção, autoriza os pagamentos às empresas contratadas pela estatal ao lado do denunciado ROBSON BORGES SALAZAR e JÚLIO VAZ, tendo sido responsável pelo pagamento dos contratos n. 1203/2008, celebrado com o Consórcio SOBRADO, 1979/2013, com a empresa SANEFER e 1716/2015 e 1717/2015, firmados com a empresa ALBENGE. Após auditoria (Relatório de Demandas Externas n. 201600783), a CGU constatou nos contratos mencionados superfaturamento na ordem de R\$ 3.352.211,02; R\$ 170.718,29; R\$ 944.575,42 e R\$ 797.221,87, respectivamente. Age em favor de empresários, percutindo nos pagamentos ora fora da ordem cronológica ora de forma a gerar superfaturamento em favor de empresas de pessoas integrantes da organização criminosa. Assim, o denunciado permitiu a apropriação de recursos públicos mediante o superfaturamento de obras propiciado pela existência de organização criminosa provida de agentes públicos e privados. Por assim ter agido, encontra-se o denunciado MAURO HENRIQUE NOGUEIRA BARBOSA incurso nas penas dos crimes descritos nos arts. 2º, § 4º, inciso II, da Lei 12.850 de 02 de agosto de 2013, art. 312, §1º (por várias vezes, em relação ao pagamento dos Contratos n. 1203/2008, 1979/2013, 1716/2015 e 1717/2015), do Código Penal e art. 90 da Lei 8.666 de 21 de junho de 2013, todos c/c arts. 29 e 69 do Código Penal.

NILSON DE SOUZA FREIRE, ex-Diretor-Presidente da SANEAGO e membro da organização criminosa. Age e interage há muitos anos com os demais membros da organização, buscando a percussão de crimes contra o patrimônio da estatal. Age na linha direta do comando da organização, Presidência,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

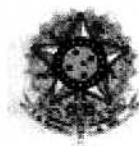
Diretorias de Engenharia, Expansão Corporativa, Diretoria de Produção e Superintendência de Estudos e Projetos quando se trata de implementar as decisões superiores de favorecimento de empreiteiras com contratos de obras e serviços. Teve participação decisiva nas fraudes praticadas na Concorrência n. 4.3-005/2010 que buscava favorecer a empresa TECNOBOMBAS quando do fornecimento de três conjuntos de motor bombas, tendo sido responsável pela elaboração do edital com valores superfaturados superiores a 100%. Foi o responsável direto pela impulsão da mencionada licitação fraudada e que possibilitou a obtenção de ganhos financeiros para o também denunciado LUIZ HUMBERTO GONÇALVES GOMES. Aprovou e chancelou a licitação fraudulenta, mesmo com todos os questionamentos então existentes. Membro estável e permanente da organização criminosa que agia em linha direta com os denunciados EMMANUEL DOMINGOS PEIXOTO, JOSÉ VICENTE DA SILVA JÚNIOR, JOSÉ RAIMUNDO ALVES GONTIJO, DORALICE BARROS DE ALMEIDA, OLEGÁRIO MARTINS TEIXEIRA NETO e os empresários beneficiados com contratos obtidos de maneira ilícita com GILBERO RICHARD DE OLIVEIRA, CHARLES UMBERTO DE OLIVEIRA, RAFAEL SANTA CRUZ FERREIRA SÁ e FREDERICO JOSÉ NAVARRETE LAVERS. Ademais, NILSON DE SOUZA FREIRE foi responsável pela contratação da empresa NAVARRETE ENGENHARIA – NAENG sem licitação, ao lado do denunciado OLEGÁRIO MARTINS TEIXEIRA NETO. O Tribunal de Contas do Estado – TCE considerou a contratação ilegal e aplicou multa a ambos os denunciados de 10% do valor previsto na Lei Orgânica do TCE/GO. Assim, o denunciado permitiu a apropriação de recursos públicos mediante o superfaturamento de obras propiciado pela



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

existência de organização criminosa provida de agentes públicos e privados. Por assim ter agido, encontra-se o denunciado NILSON DE SOUZA FREIRE incurso nas penas dos crimes descritos nos arts. 2º, § 4º, inciso II, da Lei 12.850 de 02 de agosto de 2013, art. 312, §1º, do Código Penal e art. 90 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, todos c/c arts. 29 e 69 do Código Penal.

LUIZ HUMBERTO GONÇALVES GOMES é atual Gerente Regional de Serviços da SANEAGO em Formosa/GO, tendo ocupado o estratégico cargo de Diretor de Produção da SANEAGO quando se verificou a fraude na Concorrência n. 4.3-005/2010 em benefício da empresa TECNOBOMBAS. Membro permanente e estável da organização criminosa. Na primeira função dentro da estatal, assim como na segunda e última, teve o encargo e a finalidade de admoestar os interesses da organização criminosa, embora tivesse plena consciência da sua existência e atuação no interior da SANEAGO. Age e interage há muitos anos com os demais membros da organização, buscando a percussão de crimes contra o patrimônio da estatal. Age na linha direta do comando da organização, Presidência, Diretorias de Engenharia, Expansão Corporativa, Diretoria de Produção e Superintendência de Estudos e Projetos quando se trata de implementar as decisões superiores de favorecimento de empreiteiras com contratos de obras e serviços. Mantém relação direta e permanente, com fins de praticar ilícitos, com os denunciados GILBERTO RICHARD DE OLIVEIRA, CHARLES UMBERTO DE OLIVEIRA, EMMANUEL DOMINGOS PEIXOTO, JOSÉ VICENTE DA SILVA JÚNIOR, JOSÉ RAIMUNDO ALVEZ GONTIJO, DORALICE BARROS DE ALMEIDA, JOSÉ TAVEIRA ROCHA e NILSON DE SOUZA FREIRE. Deu provimento aos



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

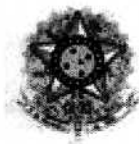
atos que facilitaram as fraudes no interior da SANEAGO, especialmente para contemplar a empresa TECNOBOMBAS com contratos superfaturados. Em razão de sua atuação, solicitou e recebeu diretamente a importância de R\$ 400.000,00 aparentemente utilizada para bancar sua frustrada campanha ao cargo de Deputado Estadual no ano de 2010. Apresentou perante o Tribunal Regional Eleitoral documentação fraudulenta com vistas a escamotear a propina recebida da TECNOBOMBAS e utilizada na campanha eleitoral. Na ocasião, declarou à Justiça Eleitoral que os R\$ 400.000,00 utilizados eram recursos próprios, com a finalidade de ocultar e dissimular a origem ilícita dos valores proveniente do crime de organização criminosa e de corrupção passiva. Para tanto, chegou a apresentar à Justiça Eleitoral um fraudulento contrato de compra e venda e escritura registrando a falsa venda de um imóvel para CHARLES UMBERTO DE OLIVEIRA (responsável pela empresa AJEL AUTOMAÇÃO e irmão de GILBERTO RICHARD DE OLIVEIRA, que vem a ser o administrador de fato da empresa TECNOBOMBAS). Conforme pormenorizadamente descrito na presente denúncia, restou patente que o dinheiro não derivou de negócio jurídico de compra e venda de imóvel, mas sim de crime. Por assim ter agido, encontra-se o denunciado LUIZ HUMBERTO GOLÇAVES GOMES incurso nas penas dos crimes descritos nos arts. 2º, § 4º, inciso II, da Lei 12.850 de 02 de agosto de 2013, o artigo 1º, §4º, da Lei n. 9.613, de 03 de março de 1988, art. 312, §1º, 317, § 2º, do Código Penal e art. 90 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, todos c/c arts. 29 e 69 do Código Penal.

EDERSON PONCIANO TREVENZOL, Superintendente de Gestão de Obras na SAGEAGO e responsável pela gestão dos projetos na estatal,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

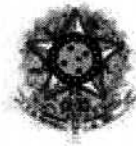
membro ativo da organização criminosa, provendo-a pelo lado da burocracia. É responsável pela elaboração de projetos orçamentários com valores superfaturados e que são utilizados para compor as licitações levadas a efeito na SANEAGO. Relaciona-se ativamente com toda a cúpula da SANEAGO e os membros da comissão de licitação, JOSÉ TAVEIRA ROCHA, OLEGÁRIO MARTINS TEXIERA NETO, AFRÊNI, ROBSON, MAURO HENRIQUE NOGUEIRA BARBOSA. Tem relação direta com DORALICE BARROS DE ALMEIDA, que também é responsável por prover a organização criminosa de orçamentos inflados com vistas a propiciar apropriação indevida de recursos públicos. Age e interage diretamente com o suporte técnico da organização criminosa, quais sejam, os denunciados FREDERICO JOSÉ NAVARRETE LAVERS e FRANCISCO HUMBERTO RODRIGUES DA CUNHA. Foi um dos responsáveis por propiciar o pagamento de valores superfaturados para a ALBENGGE, conforme enuncia diálogo telefônico colhido pela Polícia Federal. Em ligação telefônica interceptada, agiu de comum acordo com ROBSON SALAZAR e CARLOS EDUARDO PEREIRA DA COSTA no sentido de embaraçar investigação levada a efeito pelo Tribunal de Contas do Estado em que se apurava responsabilidades da empresa SANEFER quando da execução de obras. É responsável pela aprovação do orçamento superfaturado e que resultou na elaboração dos Contratos n. 1716/2015 e 1717/2015 com a empresa ALBENGGE em que se verificaram superfaturamentos da ordem de R\$ 944.575,42 e R\$ 797.221,87, respectivamente. Por assim ter agido, encontra-se o denunciado EDERSON PONCIANO TREVENZOL incurso nas penas dos crimes descritos nos arts. 2º, § 4º, inciso II, da Lei 12.850 de 02 de agosto de 2013, art. 312, §1º, do Código Penal, todos c/c arts. 29 e 69 do Código



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

Penal.

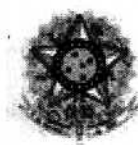
DORALICE BARROS DE ALMEIDA, Engenheira e membro ativo da organização criminosa, provendo-a pelo lado da burocracia. Ocupou e/ou ocupa cargos na Gerência de Orçamento de Empreendimentos, bem como de Supervisão de Composição de Custos e Preços. Com longos anos de atuação na SANEAGO, é uma das responsáveis por laborar em favor da organização criminosa, ora elaborando planilhas orçamentárias superfaturadas, ora emprestando apoio técnico à formatação de licitações fraudulentas e em consonância com os desígnios da organização criminosa. Teve participação ativa no esquema que resultou na fraude da Concorrência n. 4.3-005/2010 DIENG-SANEAGO e que resultou na homologação da licitação em favor da TECNOBOMBAS com sobrepreço na ordem de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). Age e interage há muitos anos com os demais membros da organização, buscando a percussão de crimes contra o patrimônio da estatal. Age na linha direta do comando da organização, Presidência, Diretorias de Engenharia, Expansão Corporativa, Diretoria de Produção e Superintendência de Estudos e Projetos quando se trata de implementar as decisões superiores de favorecimento de empreiteiras com contratos de obras e serviços. Diretamente ligada aos escalões superiores da SANEAGO, mantém há anos relação estável e permanente com os integrantes da organização criminosa JOSÉ TAVEIRA ROCHA, EMMANUEL DOMINGOS PEIXOTO, NILSON DE SOUZA FREIRE, JOSÉ RAIMUNDO ALVES GONTIJO, JOSÉ VICENTE DA SILVA JÚNIOR, GODARD TEDESCO VIEIRA e os empresários beneficiados com contratos obtidos de maneira ilícita com FREDERICO JOSÉ NAVARRETE LAVERS, GILBERTO RICHARD DE



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

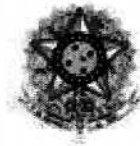
OLIVEIRA, RAFAEL SANTA CRUZ DE SÁ e CHARLES UMBERTO DE OLIVEIRA. Na qualidade de engenheira, sempre prestou apoio técnico à organização criminosa, provendo-a dos elementos técnicos necessários para impulsionar licitações fraudulentas. Por assim ter agido, encontra-se a denunciada DORALICE BARROS DE ALMEIDA incurso nas penas dos crimes descritos nos arts. 2º, § 4º, inciso II, da Lei 12.850 de 02 de agosto de 2013, art. 312, §1º, do Código Penal, em uma vez, art. 312, § 1º c/c art. 14, inciso II e art. 90 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, todos c/c arts. 29 e 69 do Código Penal.

FREDERICO JOSÉ NAVARRETE LAVERS, engenheiro, sócio proprietário da empresa NAVARRETE ENGENHARIA – NAENG e líder do Consórcio G4 – ENERCONSULT, SENHA, NAENG e PROSUL, contratado pela SANEAGO para prestação de serviços de consultoria, elaboração de projetos e orçamentos de licitações, acompanhamento e fiscalização de contratos e obras. É um dos mais importantes líderes do esquema da base técnica que dá formatação à organização criminosa, provendo-a de elementos técnicos necessários e suficientes ao direcionamento de licitações, elaborações de contratos e fiscalização de obras, tudo em consonância com os superiores desígnios da organização criminosa. Com longos anos de atuação junto à SANEAGO, é um dos responsáveis por laborar em favor da organização criminosa, ora elaborando planilhas orçamentárias superfaturadas, ora emprestando apoio técnico à formatação de licitações fraudulentas, mediante a emissão de laudos técnicos para desabilitação de empresas licitantes visando o direcionamento de licitações, em consonância com os desígnios da organização criminosa, concorrendo para que os valores da SANEAGO fossem subtraídos pelos empresários licitantes, mediante articulação



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

com os funcionários da estatal. Age na linha direta do comando da organização, Presidência, Diretorias de Engenharia, Expansão Corporativa, Diretoria de Produção e Superintendência de Estudos e Projetos quando se trata de implementar as decisões superiores de favorecimento de empreiteiras com contratos de obras e serviços. Conforme exaustivamente demonstrado na presente denúncia, a própria contratação de sua empresa (NAENG) decorreu da intenção deliberada do Diretor de Engenharia da Saneago, denunciado OLEGÁRIO MARTINS TEIXEIRA NETO, em contratar especificamente a empresa Navarrete Engenharia, demonstrando um direcionamento do serviço especificado à empresa em tela, conforme decisão do TCE/GO (acórdão n. 607/2016), com o claro intuito de assegurar a contratação da empresa para a consecução dos crimes da organização criminosa que atua dentro da SANEAGO. Nesse sentido, o órgão de controle constatou a ilegalidade da contratação em razão da ausência dos pressupostos legais exigíveis contidos na Lei Estadual n. 16.920/2010 para dispensa de licitação de n. 5.3-001/2011 e constante do processo administrativo n.º 20030/2010. Ainda, FREDERICO JOSÉ NAVARRETE LAVERS teve participação decisiva na orientação técnica que resultou dolosamente na fraude para contratação a preços superfaturados da TECNOBOMBAS (Concorrência n. 4.3-005/2010 DIENG-SANEAGO), na ordem de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). Age e interage há muitos anos com os demais membros da organização, buscando a percussão de crimes contra o patrimônio da estatal. Age na linha direta do comando da organização, Presidência, Diretorias de Engenharia, Expansão Corporativa, Diretoria de Produção e Superintendência de Estudos e Projetos quando se trata de implementar as decisões superiores de favorecimento de empreiteiras com



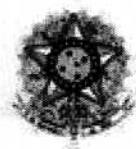
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
 PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

contratos de obras e serviços. Diretamente ligado aos escalões superiores da SANEAGO, mantém há anos relação estável e permanente com os integrantes da organização criminosa JOSÉ TAVEIRA ROCHA, EMMANUEL DOMINGOS PEIXOTO, NILSON DE SOUZA FREIRE, JOSÉ RAIMUNDO ALVES GONTIJO, JOSÉ VICENTE DA SILVA JÚNIOR, GODARD TEDESCO VIEIRA, DORALICE BARROS DE ALMEIDA e os empresários beneficiados com contratos obtidos de maneira ilícita com GILBERTO RICHARD DE OLIVEIRA, RAFAEL SANTA CRUZ DE SÁ, CHARLES UMBERTO DE OLIVEIRA, JACKSON JONES ALBERICI, WANILDO LEMOS MALDI, EDGAR DE ALMEIDA E SILVA E JÚNIOR, WILON JOSÉ MACHADO, FRANCISCO HUMBERTO RODRIGUES DA CUNHA e EDUARDO HENRIQUE DE DEUS, PAULO AFONSO FERREIRA, CANDIDO WESQUIVAL FERREIRA, JADIR MATSURY, SEBASTIÃO DE PASSOS PINHEIRO, JEHOVAH ELMO PINHEIRO, GUSTAVO DE REZENDE PINHEIRO. Na qualidade de líder do Consórcio G4, detém o conhecimento estratégico necessário ao pleno funcionamento da organização criminosa. O denunciado FREDERICO JOSÉ NAVARRETE LAVERS e seus funcionários atuam diretamente no interior da SANEAGO, onde pratica tráfico de influência e de interesses. As interceptações telefônicas também demonstram que o denunciado participa ativamente da negociação e direcionamento de licitações, sendo beneficiada pela SANEAGO. Por assim ter agido, encontra-se o denunciado FREDERICO JOSÉ NAVARRETE LAVERS incurso nas penas dos crimes descritos nos arts. 2º, § 4º, inciso II, da Lei 12.850 de 02 de agosto de 2013, art. 312, §1º, do Código Penal e art. 90 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, todos c/c arts. 29 e 69 do Código Penal.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

GILBERTO RICHAR DE OLIVEIRA, CHARLES UMBERTO DE OLIVEIRA e RAFAEL SANTA CRUZ FERREIRA SÁ são os administradores de fato das empresas TECNOBOMBAS (GILBERTO RICHARD) e AJEL AUTOMAÇÃO (CHARLES UMBERTO) e importantes membros da organização criminosa inseridos no núcleo empresarial. GILBERTO CHARLES e CHARLES UMBERTO são irmãos, e RAFAEL SANTA CRUZ é braço direito de ambos os empresários, agindo com o objetivo de satisfazer os interesses da organização criminosa. A empresa TECNOBOMBAS foi beneficiada com diversos contratos pactuados com a estatal ao longo dos últimos anos. Os elementos de prova demonstram que os três negociavam propinas, direcionavam licitações mediante ajuste prévio de preços e conluio entre as empresas participantes e recebiam informações privilegiadas dos altos funcionários da estatal, com o objetivo de sempre levar adiante fraudar licitação, percurtir contrato, superfaturar obra e abater ilicitamente recursos públicos. Em contrapartida, paga e distribui propina para agentes públicos e políticos.. Extrai-se dos elementos probatórios que os denunciados ofereciam vantagem indevida aos funcionários da SANEAGO para omissão de ato de ofício, bem como para prática que infringe dever funcional (omissão no dever de fiscalizar e de responsabilização e prática de atos ilícitos para direcionamento dos certames). Embora não constem formalmente como sócios da empresa, os áudios das interceptações telefônicas deixam extreme de dúvida o papel dos investigados na organização criminosa, constituindo os verdadeiros administradores de fato e aqueles que se beneficiam das licitações fraudulentas. Foram beneficiados com o esquema que resultou na fraude da Concorrência n. 4.3-005/2010 DIENG-SANEAGO e que culminou na homologação da licitação em



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

favor da TECNOBOMBAS com sobrepreço na ordem de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). Agem na linha direta do comando da organização, articulando com Presidência, Diretorias de Engenharia, Expansão Corporativa, Diretoria de Produção e Superintendência de Estudos e Projetos quando se trata de implementar as decisões superiores de favorecimento de empreiteiras com contratos de obras e serviços superfaturados. Têm total acesso aos servidores da SANEAGO e outros empresários para articular a fraude de licitações da estatal. Tem relação próxima e permanente com diversos funcionários da SANEAGO, em especial JOSÉ TAVEIRA ROCHA, AFRÊNI GONÇALVES LEITE, EMMANUEL DOMINGOS PEIXOTO, JOSÉ VICENTE DA SILVA JÚNIOR, JOSÉ RAIMUNDO ALVES GONTIJO, ROBSON BORGES SALAZAR, MAURO HENRIQUE NOGUEIRA, RIVADÁVIA MATOS DE AZEVEDO, EDERSON PONCIANO TREVEZOL, CLAUDIONOR FRANCISCO GUIMARÃES FILHO, LUIZ HUMBERTO GOLÇALVES GOMES, ELVIS PRESLEY MENDANHA e, dentre outros, com os empresários e também denunciados JADIR MATSUY, SEBASTIÃO DE PASSOS FERREIRA MARIA LÚCIA FERREIRA CARVALHO e PAULO AFONSO FERREIRA (administradores da empresa SOBRADO) com quem realizam ajustes e conluio quando da participação de licitações. CHARLES UMBERTO DE OLIVEIRA foi o responsável pelo pagamento da importância de R\$ 400.000,00 utilizada para bancar a frustrada campanha ao cargo de Deputado Estadual do denunciado LUIZ HUMBERTO GOLÇALVES GOMES, no ano de 2010, aparentemente a título de propina e com vistas a escamotear a propina recebida da TECNOBOMBAS utilizada na campanha eleitoral. Na ocasião, declarou-se à Justiça Eleitoral que os R\$ 400.000,00 utilizados eram recursos próprios do



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

candidato, com a finalidade de ocultar e dissimular a origem ilícita dos valores proveniente do crime de organização criminosa e de corrupção passiva. Para tanto, foi apresentada à Justiça Eleitoral um fraudulento contrato de compra e venda e escritura registrando a falsa venda de um imóvel para CHARLES UMBERTO DE OLIVEIRA. Conforme pormenorizadamente descrito na presente denúncia, restou patente que o dinheiro não derivou de negócio jurídico de compra e venda de imóvel, mas sim de crime. Assim, os denunciados apropriaram-se de recursos públicos mediante o superfaturamento de obras propiciado pela existência de organização criminosa provida de agentes públicos e privados. Por assim terem agido, encontram-se os denunciados GILBERTO RICHAR DE OLIVEIRA, CHARLES UMBERTO DE OLIVEIRA e RAFAEL SANTA CRUZ FERREIRA SÁ incurso nas penas dos crimes descritos nos arts. 2º, § 4º, inciso II, da Lei 12.850 de 02 de agosto de 2013, arts. 312, §1º, e 333, parágrafo único, do Código Penal e art. 90 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, todos c/c arts. 29 e 69 do Código Penal.

EDUARDO HENRIQUE DE DEUS, vulgo “LOVERBOY”, empresário, sócio proprietário da empresa RED COMÉRCIO E SERVIÇOS DE ELETRIFICAÇÃO LTDA e também membro da organização criminosa, inserido no núcleo empresarial. Age e interage há muitos anos com os demais membros da organização, buscando a percussão de crimes contra o patrimônio da estatal, com o objetivo de sempre levar adiante fraudar licitação, percurtir contrato, superfaturar obra e abater ilicitamente recursos públicos. Em contrapartida, paga e distribui propina para agentes públicos e políticos. Os elementos de prova demonstram que o denunciado negociava propinas,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
 PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

direcionava licitações mediante ajuste prévio de preços e conluio entre as empresas participantes e recebia informações privilegiadas dos altos funcionários da estatal. Extraí-se dos elementos probatórios que o denunciado oferecia vantagem indevida aos funcionários da SANEAGO para omissão de ato de ofício, bem como para prática que infringe dever funcional (omissão no dever de fiscalizar e de responsabilização e prática de atos ilícitos para direcionamento dos certames). Têm total acesso aos servidores da SANEAGO e a outros empresários para articular a fraude de licitações da estatal. Tem relação próxima e permanente com diversos funcionários da SANEAGO, em especial EMMANUEL DOMINGOS PEIXOTO, JOSÉ VICENTE DA SILVA JÚNIOR, JOSÉ RAIMUNDO ALVES GONTIJO, MAURO HENRIQUE NOGUEIRA e, dentre outros, com os empresários e também denunciado FRANCISCO HUMBERTO RODRIGUES DA CUNHA (administrador da empresa SENHA), com quem realiza ajustes e conluio quando da participação de licitações. No teor das conversas telefônicas interceptadas, LOVERBOY demonstra comodidade e influência junto aos funcionários da SANEAGO, questionando sobre processos licitatórios e outros ajustes possivelmente ilícitos, havendo indícios contundentes de que também se beneficie com contratos superfaturados firmados com a SANEAGO. Assim, o denunciado apropriou-se de recursos públicos mediante o superfaturamento de obras propiciado pela existência de organização criminosa provida de agentes públicos e privados. Por assim ter agido, encontra-se o denunciado EDUARDO HENRIQUE DE DEUS incurso nas penas dos crimes descritos nos arts. 2º, § 4º, inciso II, da Lei 12.850 de 02 de agosto de 2013, arts. 312, §1º, e 333, parágrafo único, do Código Penal e art. 90 da Lei 8.666 de 21 de junho de 2013, todos c/c arts. 29 e 69 do



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

Código Penal.

FRANCISCO HUMBERTO RODRIGUES DA CUNHA, empresário, sócio proprietário da empresa SENHA ENGENHARIA E URBANISMO e membro da organização criminosa. Sua empresa faz parte do Consórcio G4 – ENERCONSULT, SENHA, NAENG e PROSUL, contratado pela SANEAGO para prestação de serviços de consultoria, elaboração de projetos e orçamentos de licitações, acompanhamento e fiscalização de contratos e obras. É um dos importantes membros do esquema do núcleo técnico que dá formatação à organização criminosa, provendo-a de elementos técnicos necessários e suficientes ao direcionamento de licitações, elaborações de contratos e fiscalização de obras, tudo em consonância com os superiores desígnios da organização criminosa. Na qualidade de empresário membro do Consórcio G4, detém o conhecimento estratégico necessário ao pleno funcionamento do estratagema criminoso. Age na linha direta do comando da organização, Presidência, Diretorias de Engenharia, Expansão Corporativa, Diretoria de Produção e Superintendência de Estudos e Projetos quando se trata de implementar as decisões superiores de favorecimento de empreiteiras com contratos de obras e serviços. O denunciado FRANCISCO HUMBERTO RODRIGUES DA CUNHA e seus funcionários atuam diretamente no interior da SANEAGO, onde praticam tráfico de influência e de interesses. Com longos anos de atuação junto à estatal, é um dos responsáveis por laborar em favor da organização criminosa, ora elaborando planilhas orçamentárias superfaturadas, ora emprestando apoio técnico à formatação de licitações fraudulentas, concorrendo para que os valores da SANEAGO fossem subtraídos pelos empresários licitantes, mediante articulação com os funcionários da estatal. Atua



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
 PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

na montagem do projeto técnico, orçamentário, na manipulação da licitação, bem como na fiscalização das obras e dos serviços contratados, o que lhe permite o controle de todo o ciclo das fraudes. Os áudios das ligações telefônicas interceptadas demonstram que o denunciado auxiliava no direcionamento de licitações e recebia tratamento e informações privilegiadas dos altos funcionários da estatal. Têm total acesso aos servidores da SANEAGO e a outros empresários para articular a fraude de licitações. Teve participação na orientação técnica que resultou dolosamente na fraude para contratação a preços superfaturados da TECNOBOMBAS (Concorrência n. 4.3-005/2010 DIENG-SANEAGO), na ordem de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), auxiliando na elaboração de estudos e pareceres que deram suporte à fraude. A empresa de que o denunciado é proprietário também foi responsável pela elaboração do orçamento base, memórias de cálculo e composição dos itens de serviço para a Concorrência n. 1022/2012, que culminou no contrato n. 1979/2013 com a SANEFER e do RDC n. 006/2015, que culminou nos contratos 1716/2015 e 1717/2015 com a empresa ALBENGE, nos quais foi constatado superfaturamento. Quanto à Concorrência n. 007/2007, que culminou no contrato n. 1203/2008 com o Consórcio SOBRADO, também superfaturado, o denunciado elaborou pessoalmente as ARTs de estudo de concepção e os projetos básicos e executivos do certame. As ligações telefônicas interceptadas deixam extrema de dúvidas a participação da empresa SENHA no conluio criminoso, das quais se extrai negociações de licitações, tratamento e pagamentos privilegiados pela SANEAGO. Verifica-se que a SENHA possui funcionários trabalhando no interior da estatal e que têm acesso direto aos membros da Comissão de Licitação, demonstrando que a empresa do denunciado



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

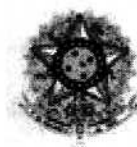
exerce influência sobre os funcionários da SANEAGO. Há diversos diálogos telefônicos em que a SENHA engenharia é citada como partícipe das fraudes, até mesmo como executora de obras, havendo fortes indícios de que a SENHA também se beneficie do direcionamento de obras superfaturadas. FRANCISCO HUMBERTO RODRIGUES DA CUNHA tem relação próxima e permanente com diversos funcionários da SANEAGO, em especial JOSÉ TAVEIRA ROCHA, NILSON DE SOUZA FREIRE, EMMANUEL DOMINGOS PEIXOTO, JOSÉ VICENTE DA SILVA JÚNIOR, JOSÉ RAIMUNDO ALVES GONTIJO, GODARD TEDESCO VIEIRA, OLEGÁRIO MARTINS TEIXEIRA NETO e os empresários EDUARDO HENRIQUE DE DEUS e FREDERICO JOSÉ NAVARRETE LAVERS, beneficiados pelos crimes cometidos pela organização criminosa. Assim, o denunciado permitiu a apropriação de recursos públicos mediante o superfaturamento de obras propiciado pela existência de organização criminosa provida de agentes públicos e privados. Por assim ter agido, encontra-se o denunciado FRANCISCO HUMBERTO RODRIGUES DA CUNHA incurso nas penas dos crimes descritos nos arts. 2º, § 4º, inciso II, da Lei 12.850 de 02 de agosto de 2013, art. 312, §1º, do Código Penal e art. 90 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, todos c/c arts. 29 e 69 do Código Penal.

EDGAR DE ALMEIDA E SILVA JÚNIOR, WILTON JOSÉ MACHADO, ANNIBAL CROSSARA JÚNIOR e ADRIANO JOSÉ CORREA CROSARA, empresários, sócios da empresa CONSTRUTORA CENTRAL DO BRASIL – CCB (EDGAR DE ALMEIDA E SILVA JÚNIOR e WILTON JOSÉ MACHADO), EMPRESA SUL AMERICANA DE MONTAGENS – EMSA (ANNIBAL CROSSARA JÚNIOR e ADRIANO JOSÉ



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
 PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

CORREA CROSARA) e membros da organização criminosa, inseridos no núcleo empresarial. Agem e interagem há muitos anos com os demais membros da organização, buscando a percução de crimes contra o patrimônio da estatal, com o objetivo de sempre levar adiante atos para fraudar licitação, percurtir contrato, superfaturar obra e abater ilicitamente recursos públicos. Em contrapartida, há fortes indícios de que pagam e distribuem propina para agentes públicos e políticos. Dialogam com a linha de comando da organização, Presidência, Diretorias de Engenharia, Expansão Corporativa, Diretoria de Produção e Superintendência de Estudos e Projetos quando se trata de implementar as decisões superiores de favorecimento de empreiteiras com contratos de obras e serviços. Diretamente ligados aos escalões superiores da SANEAGO, mantém há anos relação estável e permanente com os integrantes da organização criminosa AFRÊNI GONÇALVES LEITE, ROBSON BORGES SALAZAR, EMMANUEL DOMINGOS PEIXOTO, JOSÉ VICENTE DA SILVA JÚNIOR, JOSÉ RAIMUNDO ALVES GONTIJO, DORALICE BARROS DE ALMEIDA, OLEGÁRIO MARTINS TEIXEIRA NETO e os empresários FREDERICO JOSÉ NAVARRETE LAVERS, FRANCISCO HUMBERTO DA CUNHA, GILBERTO RICHAR DE OLIVEIRA, CHARLES UMBERTO DE OLIVEIRA e RAFAEL SANTA CRUZ FERREIRA SÁ, beneficiados pelos crimes cometidos pela organização criminosa. Participaram do malfadado RDC n. 05/2014, sagrando-se vencedores (Consórcio EMSA-CCB). Conforme já pontuado na presente denúncia, o mencionado certame foi uma segunda tentativa de aquisição dos conjuntos motor bombas com preços superfaturados, iniciada na Concorrência n. 4.3-005/2010 direcionada à TECNOBOMBAS que, em razão da intensa disputa administrativa e



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

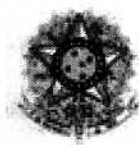
judicial, foi revogada pela estatal. O contrato n. 307/2015, no valor de R\$ 104.900.000,00, continua vigente até o presente momento, tendo sido constatado sobrepreço na ordem de R\$ 4.921.154,88 pela CGU. Participaram também da malfada Concorrência 007/2007 que culminou no Contrato n. 1203/2008, assinado aos 25/09/2008 entre a SANEAGO e o CONSÓRCIO SOBRADO/ELMO/CCB/FUAD RASSI, no valor de R\$ 93.413.878,68, tendo sido rescindido aos 14/05/2012, o que demonstra a relação estável e permanente dos denunciados ao longo dos anos para execução da trama criminosa. Ainda que concluído somente 22,25% do pactuado, em exame de auditoria levada a efeito pela CGU, constatou superfaturamento de R\$ 3.429.716,85 em relação à execução do Contrato n. 1203/2008. Dessa feita, com a participação dos funcionários da SANEAGO, apropriaram-se indevidamente de valores públicos em benefício próprio. Por assim terem agido, encontram-se os denunciados EDGAR DE ALMEIDA E SILVA JÚNIOR e WILTON JOSÉ MACHADO incurso nas penas dos crimes descritos nos arts. 2º, § 4º, inciso II, da Lei 12.850 de 02 de agosto de 2013, art. 312, §1º, do Código Penal e art. 90 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, todos c/c arts. 29 e 69 do Código Penal.

PAULO AFONSO FERREIRA, SEBASTÃO DE PASSOS FERREIRA, JADIR MATSUY, MARIA LÚCIA FERREIRA CARVALHO, JEHOVAH ELMO PINHEIRO e LUIZ ALBERTO RASSI, empresários, sócios das empresas SOBRADO CONSTRUÇÃO LTDA (PAULO AFONSO FERREIRA, SEBASTÃO DE PASSOS FERREIRA, JADIR MATSUY, MARIA LÚCIA FERREIRA CARVALHO), ELMO ENGENHARIA (JEHOVAH ELMO PINHEIRO), FUAD RASSI ENGENHARIA INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
 PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

(LUIZ ALBERTO RASSI) e membros da organização criminosa, inseridos no núcleo empresarial. Agem e interagem há muitos anos com os demais membros da organização, buscando a percussão de crimes contra o patrimônio da estatal, com o objetivo de sempre levar adiante atos para fraudar licitação, percurtir contratos, superfaturar obras e abater ilicitamente recursos públicos. Em contrapartida, há fortes indícios de que pagam e distribuem propina para agentes públicos e políticos. Dialogam de maneira estável e permanente com a linha de comando da organização, Presidência, Diretorias de Engenharia, Expansão Corporativa, Diretoria de Produção e Superintendência de Estudos e Projetos quando se trata de implementar as decisões superiores de favorecimento de empreiteiras com contratos de obras e serviços. Diretamente ligados aos escalões superiores da SANEAGO, mantêm há anos relação estável e permanente com os integrantes da organização criminosa JOSÉ TAVEIRA ROCHA, ROBSON BORGES SALAZAR, EMMANUEL DOMINGOS PEIXOTO, JOSÉ VICENTE DA SILVA JÚNIOR, JOSÉ RAIMUNDO ALVES GONTIJO, OLEGÁRIO MARTINS TEIXEIRA NETO, EDERSON PONCIANO TREVENZOL e os empresários FREDERICO JOSÉ NAVARRETE LAVERS, FRANCISCO HUMBERTO RODRIGUES DA CUNHA, GILBERTO RICHAR DE OLIVERA, CHARLES UMBERTO DE OLIVEIRA e RAFAEL SANTA CRUZ DE SÁ, beneficiados pelos crimes cometidos pela organização criminosa. Participaram da malfada Concorrência 007/2007 que culminou no Contrato n. 1203/2008, assinado aos 25/09/2008 entre a SANEAGO e o CONSÓRCIO SOBRADO/ELMO/CCB/FUAD RASSI, no valor de R\$ 93.413.878,68, tendo sido rescindido aos 14/05/2012, o que demonstra a relação estável e permanente dos



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

denunciados ao longo dos anos para execução da trama criminoso. Ainda que concluído somente 22,25% do pactuado, em exame de auditoria levada a efeito pela CGU, constatou superfaturamento de R\$ 3.429.716,85 em relação à execução do Contrato n. 1203/2008. Assim, os denunciados apropriaram-se de recursos públicos mediante o superfaturamento de obras propiciado pela existência de organização criminosa provida de agentes públicos e privados. Por assim terem agido, encontram-se os denunciados PAULO AFONSO FERREIRA, SEBASTÃO DE PASSOS FERREIRA, JADIR MATSUY, MARIA LÚCIA FERREIRA CARVALHO, JEHOVAH ELMO PINHEIRO e LUIZ ALBERTO RASSI, incurso nas penas dos crimes descritos nos arts. 2º, § 4º, inciso II, da Lei 12.850 de 02 de agosto de 2013, art. 312, §1º, do Código Penal e art. 90 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, todos c/c arts. 29 e 69 do Código Penal.

CARLOS EDUARDO PEREIRA DA COSTA e NILVANE TOMASDE SOUSA COSTA, são sócios-proprietários da empresa SANEFER CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA., sendo o primeiro o mais expressivo membro da organização criminosa pelo núcleo empresarial. A referida empresa detém amplo leque de contratos com a SANEAGO e com diversos municípios do Estado de Goiás. Nos últimos anos foi agraciada pela organização criminosa com contratos da ordem de R\$ 211.000.000,00 (duzentos e onze milhões de reais). É também grande doadora de dinheiro e até mesmo avião para campanhas eleitorais em Goiás. Ambos os denunciados são sócios proprietários também de outras empresas, tais como, TERRA FORTE CONSTRUTORA LTDA (CNPJ/número suprimido para fins de publicação), HIDRÁULICA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

REPRESENTAÇÕES LTDA – EPP (CNPJ/número suprimido para fins de publicação) e HIDROBOMBAS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA (CNPJ/número suprimido para fins de publicação). A TERRA FORTE CONSTRUTORA LTDA detém contratos com a AGETOP da ordem de aproximadamente R\$ 139.000.000,00 (cento e trinta e nove milhões de reais). Todas as suas empresas são manipuladas pela organização criminosa para a percussão de contratos junto ao Poder Público (SANEAGO) mediante a distribuição de propina para servidores públicos e agentes políticos. As empresas são utilizadas para dar cobertura às ações criminosas de seus titulares, situação que só se confirma com a leitura dos dados apresentados pelo COAF. As empresas são também utilizadas como núcleos financeiros da organização criminosa. Os acusados CARLOS EDUARDO PEREIRA DA COSTA e NILVANE DE SOUSA COSTA operacionalizam o pagamento das vantagens indevidas a agentes públicos e promovem a lavagem dos ativos decorrentes dos crimes perpetrados pela organização criminosa da qual são parte integrante mediante grande movimentação de dinheiro em espécie, tudo para impedir o rastreamento das verbas. A sistemática empregada, de fato, permite **apagar o rastro do dinheiro sujo**, dissociando-os de sua origem ilícita e pública. Também permite ocultar seus reais beneficiários – notadamente agentes políticos e públicos -, que recebem o numerário em *cash*, à margem do sistema bancário oficial. Por ser exatamente uma atividade típica de lavagem de dinheiro, esse *modus operandi* tem por escopo facilitar e assegurar a ocultação, a impunidade e a vantagem da corrupção nos contratos estabelecidos por ambas as empresas com o poder público, assim como facilitar e assegurar a execução, a ocultação, a impunidade e a vantagem de pagamento de propina a



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

agentes públicos. CARLOS EDUARDO PEREIRA DA COSTA movimentou em contas paralelas, promovendo saques na boca do caixa a importância de R\$ 4.274.916,00. Já NILVANE TOMAZ DE SOUZA COSTA sacou a importância de R\$ 8.000.598,00. Ambos apropriaram-se de R\$ 170.178,28 quando da realização das obras de ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Goiânia, por intermédio do contrato de 1979/2013, em razão da articulação estabelecida com os agentes públicos da SANEAGO, os quais lhe propiciaram meios de embolsar valores mediante o superfaturamento das obras. Ambos são membros permanentes da organização criminosa. Associaram-se aos demais agentes dos núcleos burocrático e técnico para o fim de levar adiante o abate ilícito de recursos públicos mediante o superfaturamento de obras e/ou sua inexecução. Em contrapartida pela obtenção de contratos e privilégios junto à SANEAGO promovem a distribuição de recursos a título de propina para agentes públicos e políticos praticar e omitir ato de ofício (fraude à licitações, omissão do dever de fiscalizar obras e de responsabilização). Por assim terem agido, encontram-se os denunciados CARLOS EDUARDO PEREIRA DA COSTA e NILVANE TOMAZ DE SOUZA COSTA incurso nas penas dos crimes descritos nos artigos 2º, § 4º, inciso II, da Lei 12.850 de 02 de agosto de 2013, art. 312, §1º, e 333, parágrafo único, ambos do Código Penal, bem como o artigo 1º, §4º, da Lei n. 9.613, de 03 de março de 1988, todos c/c o art. 29 e 69, também do Código Penal.

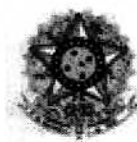
GODARD TEDESCO VIEIRA, Superintendente de Estudos e Projetos da Diretoria de Expansão da SANEAGO e membro ativo da organização



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

criminosa, provendo-a, de forma estável e permanente, pelo núcleo burocrático. Tem relação direta com o Diretor de Engenharia, denunciado OLEGARIO MARTINS TEIXEIRA, com a denunciada DORALICE BARROS DE ALMEIDA, responsável pela orçamentação de projetos na SANEAGO, bem como os membros da Comissão Permanente de Licitação, denunciados EMMANUEL DOMINGOS PEIXOTO, JOSÉ RAIMUNDO ALVES GONTIJO e JOSÉ VICENTE DA SILVA JÚNIOR. Tem também relacionamento em linha direta com o membro mais ativo do suporte técnico da organização, FREDERICO JOSÉ NAVARRETE LAVERS, bem como o então Diretor Presidente, JOSÉ TAVEIRA, com quem atuou na fraude da licitação da TECNOBOMBAS. Participou ativamente dos atos que levaram a fraude da Concorrência 4-3.005/DIENG, cancelando o trabalho de FREDERICO NAVARRETE quando este dolosamente desabilitou todas as concorrentes da TECNOBOMBAS. Participou ativamente da elaboração e/ou cancelou do orçamento com superfaturamento para aquisição novamente dos 04 conjuntos de motor bombas levada a efeito na Concorrência 002/2012 e RDC 006/2015. Assim, o denunciado permitiu a apropriação de recursos públicos mediante o superfaturamento de obras propiciado pela existência de organização criminosa provida de agentes públicos e privados. Por assim ter agido, encontra-se o denunciado GODARD TEDESCO VIEIRA incurso nas penas dos crimes descritos nos artigos 2º, § 4º, inciso II, da Lei 12.850 de 02 de agosto de 2013, art. 312, § 1º, do Código Penal, art. 90 da Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993, todos c/c o artigo 29 e 69, ambos do Código Penal.

JACKSON JONES ALBERICI e WANILDO LEMOS



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

MALDI, são sócios proprietários da empresa **ALBENGE ENGENHARIA E INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**. Membros ativos da organização criminosa, provendo-a pela base empresarial. Relacionam-se diretamente, de maneira estável e permanente, com a cúpula da **SANEAGO**, **JOSÉ TAVEIRA**, **OLEGÁRIO MARTINS TEIXEIRA NETO**, **EDERSON PONCIANO TREVENZOL**, **ROBSON SALAZAR**, **MAURO HENRIQUE BARBOSA**, **AFRÊNI GONÇALVES LEITE**, **GODARD TEDESCO VIEIRA** e **DORALICE BARROS DE ALMEIDA**, todos os membros da Comissão Permanente de Licitação, **EMMANUNEL DOMGINOS PEIXOTO**, **JOSÉ RAIMUNDO ALVES GONTIJO** e **JOSÉ VICENTE DA SILVA JÚNIOR**, bem como com os denunciados **FREDERICO JOSÉ NAVARRENTE LAVERS** e **FRANCISCO HUMBERTO RODRIGUES DA CUNHA**, sempre para levar adiante a tarefa de fraudar licitações, percutir contratos, superfaturar obras e abater ilicitamente recursos públicos. Em contrapartida, paga e distribui propina para agentes públicos e políticos. Em razão da extinção do Contrato 1979/2013, a **SANEAGO** realizou nova licitação para a contratação dos serviços remanescentes do CR 225.025-62 (RDC 006/2015). Os serviços remanescentes foram divididos em dois lotes e resultou na celebração dos Contratos nº.s 1716/2015 (Lote 01) e 1717/2015 (Lote 02) firmados com a **ALBENGE ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**. Em exame de auditoria levada a efeito pela CGU verificou-se a existência de superfaturamento da ordem de R\$ 944.575,42, em relação à execução do contrato 1716/2015. Já em relação ao contrato 1717/2015 a CGU encontrou superfaturamento da ordem de R\$ 797.221,87. Ambos os contratos tiveram início em outubro de 2015 e se desenvolvem até o presente momento. Assim, ambos apropriaram-se de recursos públicos mediante o superfaturamento



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
 PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

de obras propiciada pela existência de organização criminosa provida de agentes públicos e privados. Por assim ter agido, encontram-se os denunciados JACKSON JONES ALBERICI e WANILDO LEMOS MALDI, incurso nas penas dos crimes descritos nos artigos 2º, § 4º, inciso II, da Lei 12.850 de 02 de agosto de 2013, de 21 de junho de 1993, bem com nas penas do artigo 312, § 1º, do Código Penal, todos c/c o artigo 29 e 69, ambos também do estatuto repressivo.

V - DO PEDIDO

Por todo o exposto, o Ministério Público Federal requer:

1.- Seja recebida a presente denúncia e determinada a citação dos denunciados e, ao final, sejam condenados nas penas previstas em lei;

2.- Seja imprimido o caráter prioritário para o processamento da ação penal, tem em vista o disposto no artigo 11.2 da Convenção de Palermo (Convenção da ONU contra o crime Organizado Transnacional – Decreto Legislativo 213/20-03 e Decreto 5.015/2004);

3.- Seja decretado o perdimento do produto e proveito dos crimes, ou de seus equivalentes, assim como a fixação do valor mínimo da reparação dos danos causados pela infração, nos termos do artigo 387, inciso IV, do Código de Processo Penal, conforme especificado abaixo:



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

a) de R\$ 3.352.211,02 em razão de superfaturamento na execução do 1203/2008, atribuídos aos sócios proprietários das empresas ELMO, FUAD RASSI, SOBRADO e CONSTRUTORA CENTRAL DO BRASIL – CCB;

b) R\$ 170.718,29 em razão do superfaturamento na execução do contrato 1979/2013, atribuídos aos sócios proprietários da empresa SANEFER CONSTRUÇÃO E EMPREENDIMENTOS LTDA; e

c) R\$ 1.741.797,29 em razão do superfaturamento na execução dos contratos de números 1716/2015 e 1717/2015 levados a efeito pelos sócios proprietários da empresa ALBENGE ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

4.- Seja determinada a perda, em favor da União de todos os bens, direitos e valores relacionados, direta ou indiretamente, à prática dos crimes previstos na Lei n.º 9.613, de 03 de março de 1998, levando-se em conta os valores movimentados pelos denunciados CARLOS EDUARDO PEREIRA DA COSTA e NILVANE TOMAS DE SOUSA COSTA em conta bancária paralela (saque na boca do caixa), respectivamente de R\$ 4.274.916,00 e R\$ 8.000.598,00;

5. - Seja determinada a requisição da folha de antecedentes criminais dos denunciados, expedida pelo Instituto Nacional de Identificação;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

6.- Seja determinada a requisição de certidões dos Cartórios de todos os Juízos Criminais de Goiás, relativas aos denunciados;

7.- Seja determinada a expedição das comunicações de praxe para o registro da presente ação penal, além da comunicação de recebimento da denúncia à Polícia Federal, para inclusão no INFOSEG.

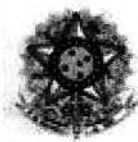
8.- Seja admitido o compartilhamento das provas produzidas nos autos das ações penais, cíveis e cautelares em relação às pessoas e empresas citadas na presente denúncia e que constantes dos autos de n.º 17953-11.2016.4.01.3500, devendo esse Juízo solicitar ao Juiz responsável o envio de todo o material respectivo;

09.- Seja determinada a notificação das seguintes testemunhas:

(testemunhas suprimidas para fins de publicação).

10.- Protesta, ainda, pela produção de todos os meios de provas permitidos em direito.

11.- Seja determinado ao Tribunal de Contas do Estado o encaminhamento dos autos de processo de n.º 201100047001391, que tratam do Relatório de Representação nº 006/2011, referente à análise da legalidade de procedimento de Dispensa de Licitação de nº 5.3-001/2011 em favor da empresa



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

Navarrete Engenharia – Prestação de Serviços Sociedade Simples;

12.- Seja determinada a juntada do CD anexo e demais documentos;

13.- Requer a juntada dos autos do IPL n. 142/2014, acompanhados de seus respectivos apensos, tão logo concluídas as investigações;

14.- Protesta, ainda, pela produção de todos os meios de provas permitidos em direito.

Goiânia-GO, 12 de setembro de 2016.

MÁRIO LÚCIO DE AVELAR
Procurador da República